

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ-SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 05/2026
NÍVEL MÉDIO

05300 – AGENTE DE TRÂNSITO – TIPO A

Frase: A legalidade assegura os atos administrativos.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquanta)** questões objetivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



Língua Portuguesa

A disciplina coletiva como fundamento da segurança no trânsito

Antenor Teixeira de Almeida Júnior

O trânsito contemporâneo tornou-se um dos espaços mais evidentes de tensão entre liberdade individual e responsabilidade coletiva. Em grandes centros urbanos e também em cidades de menor porte, o aumento da frota de veículos, associado à imprudência e ao desrespeito às normas de circulação, contribui para a consolidação de um cenário marcado pela violência cotidiana nas vias públicas. Nesse contexto, o cumprimento da legislação de trânsito não representa apenas uma exigência administrativa do Estado, mas uma medida indispensável para a preservação da vida e para a construção de relações sociais mais seguras e equilibradas.

Inicialmente, é importante reconhecer que boa parte dos acidentes de trânsito decorre de comportamentos evitáveis, como excesso de velocidade, utilização de aparelhos celulares ao volante e condução sob efeito de álcool. Embora a legislação brasileira estabeleça mecanismos de fiscalização e penalidades para essas infrações, observa-se que muitos condutores ainda naturalizam práticas perigosas em razão da sensação de impunidade ou da banalização do risco. Além disso, a repetição constante dessas condutas contribui para enfraquecer a percepção coletiva de que o trânsito é um espaço compartilhado, no qual atitudes individuais produzem consequências diretas sobre a segurança de todos.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecimento da educação para o trânsito como instrumento permanente de formação cidadã. Em diversas situações, a simples aplicação de multas não se mostra suficiente para modificar hábitos profundamente incorporados à cultura social. Por esse motivo, campanhas educativas, projetos escolares e programas de conscientização pública desempenham papel fundamental na construção de uma cultura de respeito às normas de circulação. Quando motoristas, ciclistas e pedestres compreendem que as regras existem para proteger vidas, o trânsito deixa de ser percebido como ambiente de disputa e passa a assumir caráter mais cooperativo e humanizado.

Além da conscientização social, a mitigação dos acidentes também depende da atuação eficiente do poder público na fiscalização e na infraestrutura urbana. Rodovias mal conservadas, sinalização precária e deficiência na mobilidade urbana ampliam situações de risco e dificultam a prevenção de colisões e atropelamentos. Paralelamente, a insuficiência de investimentos em transporte público contribui para o aumento excessivo do número de veículos particulares em circulação, intensificando congestionamentos e conflitos viários. Dessa forma, o enfrentamento da violência no trânsito exige políticas integradas capazes de articular engenharia de tráfego, fiscalização eficiente e planejamento urbano sustentável.

Portanto, a redução dos acidentes de trânsito depende de uma combinação entre responsabilidade individual, educação coletiva e atuação consistente do Estado. O respeito à legislação de trânsito deve ser compreendido como expressão concreta de cidadania e compromisso social, uma vez que a preservação da vida exige comportamento ético de todos os usuários das vias públicas. Assim, somente por meio da valorização da consciência coletiva, da ampliação das ações educativas e do fortalecimento das políticas de mobilidade será possível construir um trânsito menos violento e mais compatível com os princípios de segurança e convivência social.

Texto adaptado de BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Brasília: Presidência da República, 1997/OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SEGURANÇA VIÁRIA. Panorama da segurança no trânsito brasileiro. São Paulo: ONSV, 2024.

1. A análise dos mecanismos argumentativos empregados no texto permite identificar uma articulação que vincula a conduta individual à estabilidade das instituições sociais. Com base na leitura integral do fragmento, assinale a alternativa que traduz corretamente a percepção do autor sobre a natureza da legislação de trânsito.

- (A) A normatização do tráfego atua como um pilar de sustentação da convivência ética, de sorte que o respeito às regras configura uma manifestação de compromisso com a coletividade e a proteção da vida.
- (B) O cumprimento das normas de circulação decorre de uma imposição unilateral do Estado, cuja finalidade primária reside na arrecadação de recursos oriundos da fiscalização administrativa.
- (C) As relações sociais equilibradas no ambiente viário são resultantes diretas da engenharia de tráfego, o que torna as ações educativas e a fiscalização agentes secundários no combate à violência.
- (D) A sensação de impunidade relatada no texto é uma consequência da excessiva liberdade individual concedida pelo Código de Trânsito Brasileiro aos condutores de veículos particulares.
- (E) A mitigação dos acidentes viários está vinculada ao controle do aumento da frota de veículos, visto que o planejamento urbano sustentável é incompatível com o uso de meios de transporte individuais.

2. A estruturação do texto e a forma como as informações são processadas para o leitor revelam uma intenção comunicativa específica. Considerando a natureza das orações e a progressão das ideias, a classificação tipológica predominante no texto justifica-se porque:

- (A) O autor utiliza uma sequência narrativa para relatar fatos históricos sobre a evolução da mobilidade urbana no Brasil e as mudanças nas estatísticas de colisões e atropelamentos.
- (B) O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, uma vez que organiza conceitos e análises críticas para sustentar a tese de que a segurança no trânsito exige uma atuação integrada.
- (C) A estrutura é essencialmente descritiva, focada na caracterização minuciosa dos equipamentos de sinalização e das infraestruturas necessárias para a mobilidade nos grandes centros urbanos.
- (D) Trata-se de um texto injuntivo, pois o autor estabelece um passo a passo com instruções técnicas que devem ser seguidas pelos agentes de trânsito durante as abordagens de fiscalização.
- (E) A composição textual é marcada pela tipologia expositiva pura, limitando-se à apresentação de dados da Organização Mundial da Saúde sem a emissão de juízos de valor ou propostas de solução.

3. A correção ortográfica é elemento indispensável para a validade de documentos e comunicações oficiais. Com base nas orientações do Acordo Ortográfico vigente, assinale a alternativa que apresenta a correta análise de vocábulos do texto ou de termos que seguem a mesma regra gramatical.

- (A) A palavra “infraestrutura” mantém o uso do hífen por ser formada por prefixo terminado em vogal idêntica à vogal inicial do segundo elemento da composição.
- (B) O vocábulo “contrassenso”, caso fosse inserido no texto para descrever a conduta imprudente, deve ser grafado com o prefixo unido ao radical e a duplicação da consoantes.
- (C) O substantivo autoridade, se recebesse o prefixo micro, deveria ser grafado com hífen, resultando na forma “micro-autoridade” para preservar a autonomia fonética do termo.
- (D) Os termos “socio-econômico” e “extra-judicial”, compatíveis com a temática de planejamento urbano, devem ser grafados obrigatoriamente com hífen por envolverem prefixos terminados em vogal.
- (E) A grafia do termo “des-respeito” justifica-se pela regra que exige o uso de hífen em prefixos de origem latina que terminam em s, quando seguidos de palavras iniciadas por consoante.

4. O emprego do acento gráfico nos vocábulos do texto obedece a regras fonéticas e morfológicas específicas. Analise a acentuação das palavras destacadas e assinale a alternativa que apresenta a justificativa correta de acordo com a norma padrão.

- (A) O termo “evidência” é acentuado por ser uma paroxítona terminada em ditongo oral, seguindo a mesma regra de acentuação dos vocábulos “própria” e “cenário”.
- (B) A palavra “álcool” recebe acento gráfico por ser uma paroxítona terminada em l, classificação que também justifica o acento em termos como “fácil” e “móvel”.
- (C) O vocábulo “viários” é acentuado devido à regra das proparoxítonas, visto que todos os termos que possuem a penúltima sílaba tônica terminada em ditongo devem ser assim classificados.
- (D) Os substantivos “trânsito” e “políticas” são acentuados por motivos distintos, fundamentando-se o primeiro na regra das oxítonas e o segundo na regra das proparoxítonas.
- (E) A palavra “também” recebe acento agudo por ser uma paroxítona terminada em “em”, regra que se aplica de forma análoga aos vocábulos “item” e “nuvem”.

5. No fragmento “O trânsito contemporâneo tornou-se um dos espaços mais evidentes de tensão entre liberdade individual e responsabilidade coletiva”, o emprego e o sentido das classes de palavras são fundamentais para a coesão. Sobre essa estrutura, é correto afirmar:

- (A) O termo “contemporâneo” classifica-se como um substantivo próprio que delimita o período histórico em que ocorrem as transformações urbanas mencionadas pelo autor.
- (B) O vocábulo “entre” funciona como uma conjunção coordenativa adversativa, estabelecendo uma relação de oposição inconciliável entre o indivíduo e o Estado.
- (C) A palavra “mais” exerce a função de advérbio de intensidade, modificando o adjetivo “evidentes” para reforçar o grau de clareza da tensão descrita no período.
- (D) A expressão “liberdade individual” atua como um numeral cardinal que quantifica as ações dos condutores dentro do cenário de violência cotidiana.
- (E) O termo “tornou-se” indica uma ação verbal na voz passiva analítica, sugerindo que o trânsito sofre a influência de agentes externos sem a participação humana.

6. Analise o fragmento abaixo:

A conscientização dos condutores e a melhoria das vias urbanas visam ao estabelecimento de um pacto coletivo pela vida. Embora se observem resistências pontuais, assiste-se a uma mudança gradual de comportamento, pois a maioria dos cidadãos aspira a um trânsito menos hostil, o que implica em investimentos contínuos em educação e fiscalização.

A organização sintática do parágrafo acima observa rigorosamente as normas de flexão e de subordinação entre os termos. Assinale a alternativa que apresenta uma análise correta da estrutura apresentada.

- (A) O verbo “visam” estabelece uma relação de regência transitiva indireta, exigindo a preposição “a”, que se funde com o artigo da palavra estabelecimento.
- (B) O termo “assiste-se” poderia ser substituído por “assistem-se”, caso o complemento “a uma mudança gradual” estivesse no plural, mantendo a voz passiva.
- (C) O verbo “aspirar”, no contexto empregado, possui sentido de sorver ou inspirar, o que justifica a ausência da preposição “a” antes do termo “um trânsito”.
- (D) A forma verbal “observem” está flexionada no plural para concordar com o termo “resistências pontuais”, que exerce a função de sujeito da oração passiva sintética.
- (E) A regência do verbo “implicar”, no sentido de acarretar, exige obrigatoriamente a preposição “em” para garantir a correção gramatical do período.

7. A regência dos termos e o emprego do sinal indicativo de crase são fundamentais para a clareza e a correção da redação oficial e técnica. Analise as sentenças abaixo, adaptadas da temática de segurança viária, e assinale a alternativa que apresenta o uso do acento grave em conformidade com a norma-padrão.

- (A) As campanhas de conscientização visam à reduzir os acidentes, conferindo às diretrizes de tráfego uma função social que deve ser imposta à todos os condutores habilitados.
- (B) A fiscalização atenta às infrações recorrentes permite à que o Estado aplique sanções severas àqueles pessoas que demonstram desrespeito às leis de mobilidade urbana.
- (C) Quando o motorista se refere à normas de conduta ética, ele demonstra estar apto à assumir responsabilidades inerentes à segurança de pedestres e ciclistas nas vias.
- (D) Cabe à administração pública garantir à sociedade o direito à uma infraestrutura segura, voltada à mitigar riscos e à promover a convivência pacífica entre os usuários.
- (E) O acesso às informações sobre educação no trânsito deve chegar a todas as comunidades, permitindo a qualquer cidadão a adesão a práticas de circulação voltadas à preservação da dignidade humana.

8. No texto, a progressão temática é garantida pelo uso de elementos que retomam ideias ou estabelecem nexos lógicos. Analise o emprego do vocábulo “mitigação” no quarto parágrafo e a relação estabelecida pelo conectivo “paralelamente” no mesmo bloco. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) A palavra “mitigação” funciona como antônimo de “controle”, sugerindo que as ações do poder público são inócuas diante da volatilidade e da imprudência dos condutores.
- (B) O operador “paralelamente” estabelece uma relação de oposição, funcionando como um parônimo do termo “inversamente” e indicando que os investimentos são contrários à segurança.
- (C) O substantivo “mitigação” é um homônimo do termo “imigração”, compartilhando a mesma grafia e pronúncia, mas possuindo significados distintos.
- (D) O termo “mitigação” é empregado no sentido de redução ou atenuação dos riscos, e o conectivo “paralelamente” introduz uma ideia de concomitância, indicando fatos que ocorrem de forma simultânea.
- (E) O termo “mitigação” possui sentido próprio denotativo de expansão, enquanto “paralelamente” atua como um recurso de coesão sequencial conclusivo.

9. Com base no Manual de Redação da Presidência da República, caso um órgão de trânsito precise expedir uma comunicação formal para informar o público em geral sobre novas diretrizes de circulação, o documento e a característica de linguagem adequados são:

- (A) O Memorando, que se caracteriza pela agilidade e deve ser utilizado obrigatoriamente para comunicações externas que envolvam o interesse de cidadãos.
- (B) A Mensagem, documento que deve ser empregado exclusivamente na comunicação entre os ministros de Estado e os agentes de trânsito municipais.
- (C) O Ofício, que deve seguir o princípio da impessoalidade, utilizando-se de uma linguagem clara e de um padrão de formatação que evite expressões de caráter subjetivo.
- (D) O Edital, instrumento de caráter puramente interno que serve para convocar servidores para reuniões administrativas sobre a engenharia de tráfego.
- (E) O Requerimento, por meio do qual a autoridade pública solicita ao cidadão o cumprimento imediato das normas de fiscalização.

10. Sobre o uso dos pronomes de tratamento e a concordância em documentos oficiais dirigidos a autoridades, de acordo com as normas vigentes, assinale a alternativa que observa a norma padrão.

- (A) Vossa Senhoria deve ser empregado para o tratamento de civis, exigindo que todos os adjetivos e verbos da oração sejam flexionados na segunda pessoa do plural.
- (B) Vossas Excelências é o tratamento plural obrigatório para agentes de trânsito em serviço, devendo-se utilizar a concordância em segunda pessoa do singular.
- (C) Sua Excelência é a forma correta de se dirigir diretamente a uma autoridade durante a redação de um ofício, dispensando o uso de vocativos.
- (D) Vossa Magnificência é o tratamento adequado para chefes de departamentos de trânsito, exigindo que o gênero dos adjetivos concorde com o pronome vossa.
- (E) Vossa Excelência deve ser utilizado para altas autoridades, e a concordância verbal e pronominal deve ocorrer sempre em terceira pessoa, independentemente do gênero da autoridade.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O debate contemporâneo sobre políticas públicas ambientais e desenvolvimento econômico tem levado governos e organismos internacionais a discutir instrumentos capazes de conciliar crescimento produtivo, redução de emissões de gases de efeito estufa e preservação ambiental. Nesse contexto, acordos multilaterais e metas climáticas têm orientado ações de diversos países na formulação de políticas energéticas, industriais e ambientais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um elemento desse cenário internacional recente.

- (A) O Acordo de Paris estabelece metas para limitar o aumento da temperatura global e reduzir emissões de gases de efeito estufa.
- (B) O Acordo de Paris determinou a eliminação imediata do uso de combustíveis fósseis em todos os países signatários.
- (C) O Acordo de Paris prevê sanções automáticas e obrigatórias a todos os países que não atingirem metas climáticas anuais.
- (D) O Acordo de Paris estabelece metas idênticas e obrigatórias de redução de emissões para todos os países participantes.
- (E) O Acordo de Paris determina que apenas países industrializados devem adotar políticas de redução de emissões.

12. A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios que orientam a atuação da Administração Pública direta e indireta em todos os níveis federativos. Esses princípios funcionam como diretrizes normativas que condicionam a validade e a legitimidade dos atos administrativos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses princípios.

- (A) O princípio da moralidade autoriza o agente público a agir conforme suas convicções pessoais sobre justiça administrativa.
- (B) O princípio da publicidade restringe a divulgação de atos administrativos apenas aos órgãos de controle interno.
- (C) O princípio da eficiência estabelece que a Administração Pública deve priorizar interesses particulares quando houver benefício social indireto.
- (D) O princípio da legalidade determina que o agente público somente pode agir quando autorizado ou permitido pela lei.
- (E) O princípio da impessoalidade permite que agentes públicos adotem critérios de preferência pessoal em decisões administrativas.

13. A Administração Pública é composta por diferentes categorias de agentes que exercem funções estatais em caráter permanente ou temporário, com distintos regimes jurídicos e formas de investidura. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Agente público é o servidor que exerce funções administrativas remuneradas.
- (B) Agente público é o servidor estatutário que ocupa cargo efetivo na Administração direta ou indireta.
- (C) Agente público é a pessoa física ou jurídica investida em cargo público mediante concurso público.
- (D) Agente público corresponde exclusivamente às autoridades políticas que exercem funções de governo.
- (E) Agente público é toda pessoa física que exerce, ainda que temporariamente ou sem remuneração, função pública.

14. No Direito Administrativo brasileiro, a responsabilidade civil do Estado relaciona-se aos danos causados por agentes públicos a terceiros no exercício de suas funções. A Constituição Federal estabelece parâmetros jurídicos que orientam a reparação desses danos, vinculando a atuação estatal à proteção dos direitos dos administrados. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses fundamentos.

- (A) A responsabilidade civil do Estado depende da comprovação de dolo do agente público responsável pelo dano.
- (B) A responsabilidade civil do Estado, em regra, possui natureza objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo.
- (C) A responsabilidade civil do Estado pressupõe a existência de decisão penal condenatória contra o agente público.
- (D) A responsabilidade civil do Estado decorre da comprovação de culpa pessoal da autoridade máxima do órgão administrativo.
- (E) A responsabilidade civil do Estado possui natureza subjetiva, condicionada à demonstração de culpa administrativa.

15. A Lei Complementar nº 39/2012 do Município de Camboriú disciplina a concessão do auxílio-estudo aos servidores públicos municipais. Considerando o disposto nos arts. 113 a 118 dessa norma, indique a alternativa correta.

- (A) O auxílio-estudo consiste em bolsa destinada exclusivamente a cursos de graduação e corresponde a 50% do valor das mensalidades e da matrícula.
- (B) O auxílio-estudo poderá ser concedido a qualquer servidor público municipal, inclusive aos que estejam em estágio probatório, desde que frequentem curso superior.
- (C) O auxílio-estudo corresponde a 25% do valor da matrícula e das mensalidades e pode ser concedido ao servidor efetivo e estável, em uma única oportunidade.
- (D) O auxílio-estudo será concedido apenas a servidores matriculados em instituições de ensino localizadas no Município de Camboriú.
- (E) O auxílio-estudo não poderá ser cessado durante o curso, ainda que o servidor deixe de comprovar frequência mínima nas disciplinas cursadas.

Raciocínio Lógico

16. Em uma blitz, 120 motoristas foram abordados. Desses, 60 foram multados por estar sem cinto de segurança, 50 por uso de celular ao volante e 15 por ambas as infrações. O total de motoristas que não cometeram nenhuma dessas duas infrações é igual a:

- (A) 20.
- (B) 15.
- (C) 25.
- (D) 30.
- (E) 28.

17. Um agente de trânsito precisa distribuir 4 viaturas disponíveis em 3 pontos de fiscalização, em que cada um deles precisa ter pelo menos uma viatura. O número de maneiras distintas de fazer essa alocação é:

- (A) 36.
- (B) 24.
- (C) 30.
- (D) 42.
- (E) 28.

18. Em uma operação de ronda urbana, a razão entre o número de motos autuadas por falta de capacete e carros por excesso de velocidade foi de 5:3. Sabendo que o total de autuações por essas infrações foi de 320 veículos, o número de motos autuadas foi:

- (A) 150.
- (B) 180.
- (C) 240.
- (D) 200.
- (E) 220.

19. Considere as proposições: p: “O veículo excedeu a velocidade permitida” e q: “O motorista foi multado”. O total de linhas da tabela-verdade em que a proposição composta $p \wedge q$ é verdadeira é igual a:

- (A) 0.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 1.

20. A negação da proposição “Em toda blitz, se o motorista está sem cinto de segurança, então recebe multa imediata” é:

- (A) Todo motorista com cinto recebe multa em alguma blitz.
- (B) Existe uma blitz em que um motorista sem cinto não recebe multa imediata.
- (C) Em toda blitz, motoristas sem cinto recebem multas diferidas
- (D) Existe uma blitz em que o motorista está sem cinto de segurança ou não recebe multa imediata.
- (E) Em toda blitz, o motorista sem cinto recebe multa imediata.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sabemos que nos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se o próprio CTB não dispuser de modo diverso, bem como a Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber. A isso, chamamos de Disposições Gerais dos Crimes de Trânsito, dentre as quais podemos assinalar corretamente apenas o contido em:

- (A) Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- (B) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois anos a cinco anos.
- (C) Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em vinte e quatro horas, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.
- (D) Mesmo que o réu seja primário na prática de crime previsto no CTB, o juiz aplicará a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.
- (E) Apenas durante a ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

22. O crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor é tipificado no art. 302 do CTB e pode ter a pena aumentada de 1/3 (um terço) à metade quando cometido em circunstâncias que tornam o fato mais grave, dentre as quais podemos assinalar corretamente apenas:

- (A) Quando sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência; dentre outras enumeradas no §1º do próprio art. 302 do CTB.
- (B) Quando afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída; dentre outras enumeradas no §1º do próprio art. 302 do CTB.
- (C) Quando em faixa de pedestres ou na calçada; dentre outras enumeradas no §1º do próprio art. 302 do CTB.
- (D) Quando no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de carga; dentre outras enumeradas no §1º do próprio art. 302 do CTB.
- (E) Quando trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas; dentre outras enumeradas no §1º do próprio art. 302 do CTB.

23. O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades. Corretamente, compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

- (A) A Polícia Ferroviária Federal.
- (B) O Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo.
- (C) O Departamento da Força Nacional de Segurança Pública.
- (D) Os Corpos de Bombeiros Militares Estaduais.
- (E) Os órgãos e entidades executivos aquaviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

24. Regula o CTB que o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com sede no Distrito Federal, é composto dos Ministros de Estado responsáveis pelas seguintes áreas de competência:

- (A) Ciência, Tecnologia e Inovações, Casa Civil, Segurança Pública; dentre outros enumerados no art. 10 do CTB.
- (B) Educação, Direitos Humanos, Fazenda; dentre outros enumerados no art. 10 do CTB.
- (C) Cidades, Trabalho, Minas e Energia; dentre outros enumerados no art. 10 do CTB.
- (D) Saúde, Agropecuária, Pesca e Aquicultura; dentre outros enumerados no art. 10 do CTB.
- (E) Defesa, Meio Ambiente, Relações Exteriores; dentre outros enumerados no art. 10 do CTB.

- 25.** Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE:
- (A) Responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito; normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos; dentre outros listados no art. 14 do CTB.
 - (B) Estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito; julgar os recursos interpostos contra decisões; dentre outros listados no art. 14 do CTB.
 - (C) Criar Câmaras Temáticas; avocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas; dentre outros listados no art. 14 do CTB.
 - (D) Normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização; estabelecer as diretrizes do regimento das JARI; dentre outros listados no art. 14 do CTB.
 - (E) Dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal; coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades; dentre outros listados no art. 14 do CTB.
-
- 26.** Sempre que necessário, será colocada ao longo da via sinalização prevista no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e em legislação complementar, destinada a condutores e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra, conforme disposto no próprio código. Sobre tais disposições, assinalamos corretamente apenas:
- (A) A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é de seu proprietário.
 - (B) É permitido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.
 - (C) O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar e inutilizar qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.
 - (D) Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via, sempre em cores refletivas.
 - (E) Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito, salvo quando autorizado pelo poder público.
-
- 27.** Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto, o corretamente afirmado apenas em:
- (A) Registro como veículo da categoria de aluguel.
 - (B) Sempre que possível, cintos de segurança em número igual à lotação.
 - (C) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR.
 - (D) O condutor de veículo destinado à condução de escolares não pode ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 18 (dezoito) últimos meses.
 - (E) Inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.
-
- 28.** No que se refere às normas gerais de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, especialmente quanto aos pedestres e condutores de veículos não motorizados, assinale a alternativa correta.
- (A) O pedestre que estiver atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terá prioridade de passagem, ainda que exista sinalização semafórica disciplinando a travessia em sentido contrário.
 - (B) Os condutores de veículos não motorizados devem circular preferencialmente no bordo direito da via, sendo-lhes vedado o uso de acostamento, ainda que inexistente ciclovia ou ciclofaixa.
 - (C) Nas vias urbanas e rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deve ocorrer exclusivamente nas ciclovias ou ciclofaixas, sendo proibida a circulação no leito carroçável, ainda que inexistente infraestrutura cicloviária.
 - (D) O pedestre tem preferência sobre os veículos quando estiver atravessando a via transversal para a qual se dirige o veículo, ainda que fora da faixa, desde que não haja sinalização que discipline a prioridade.
 - (E) O condutor de veículo motorizado deverá dar preferência de passagem ao pedestre que não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra mudança do sinal semafórico favorável ao veículo.

29. Considerando o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e as diretrizes normativas do Sistema Nacional de Trânsito acerca da educação para o trânsito, indique a alternativa correta.

- (A) A educação para o trânsito constitui competência exclusiva dos órgãos executivos de trânsito dos Municípios, sendo facultativa aos demais entes integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.
- (B) A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de ensino fundamental, como atividade extracurricular facultativa, a critério das instituições de ensino.
- (C) Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito devem promover, prioritariamente, campanhas educativas de caráter repressivo, voltadas à aplicação de penalidades como forma de conscientização.
- (D) A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito, devendo ser promovida desde a pré-escola até o ensino superior.
- (E) Compete exclusivamente ao CONTRAN estabelecer conteúdos programáticos obrigatórios de educação para o trânsito nas instituições de ensino, vedada a participação de outros órgãos.

30. Considerando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro – CTB acerca da habilitação de condutores, categorias de veículos, requisitos para obtenção e hipóteses de penalidades, assinale a alternativa correta.

- (A) A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) poderá ser concedida ao candidato aprovado nos exames exigidos, ainda que não saiba ler e escrever, desde que comprove experiência prática na condução de veículos automotores.
- (B) O condutor que exercer atividade remunerada ao veículo terá limite de pontuação reduzido para fins de suspensão do direito de dirigir, independentemente de registro dessa condição na CNH.
- (C) Para habilitar-se na categoria “D”, o condutor deverá possuir, no mínimo, 18 anos de idade, sendo dispensado tempo mínimo de habilitação em categorias anteriores, desde que aprovado em curso especializado.
- (D) A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta sempre que o condutor atingir, no período de 12 meses, a contagem de 20 pontos em seu prontuário, independentemente da natureza das infrações cometidas.
- (E) Para habilitar-se na categoria “E”, o condutor deverá estar habilitado, no mínimo, há um ano na categoria “C” ou “D”, além de atender aos demais requisitos legais, inclusive não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses.

31. O processo administrativo de trânsito, especialmente quanto à autuação e à notificação da infração, é regulado pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, de modo que, sobre o tema, assinalamos corretamente apenas a alternativa:

- (A) A ausência de assinatura do infrator no auto de infração de trânsito invalida automaticamente o ato administrativo, ainda que haja comprovação por outros meios.
- (B) A notificação da autuação deverá ser expedida no prazo máximo de 30 dias, sob pena de nulidade do auto de infração.
- (C) A lavratura do auto de infração de trânsito depende, obrigatoriamente, da abordagem do condutor, sob pena de nulidade absoluta.
- (D) A autoridade de trânsito deverá aplicar a penalidade imediatamente após a lavratura do auto de infração, independentemente de defesa prévia.
- (E) A notificação da autuação é dispensável quando a infração for constatada por equipamento eletrônico regularmente aferido.

32. Insta o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, que caracteriza as fases recursais no processo administrativo de trânsito, apenas o corretamente afirmado em:

- (A) O recurso interposto contra penalidade de multa será dirigido diretamente ao CETRAN, como instância única revisora.
- (B) A defesa prévia possui natureza recursal e será analisada pela JARI após a imposição da penalidade.
- (C) Das decisões da JARI cabe recurso, em regra, ao CETRAN, no prazo legal, observadas as hipóteses previstas no CTB.
- (D) A interposição de recurso suspende automaticamente a exigibilidade da penalidade de suspensão do direito de dirigir, mas não da multa.
- (E) O não pagamento da multa impede a interposição de recurso administrativo em qualquer fase do processo.

33. Considerando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro – CTB acerca das infrações por excesso de velocidade, assinale a única alternativa correta.

- (A) Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20% constitui infração de natureza grave, sujeita à penalidade de multa e pontos na CNH.
- (B) Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50% constitui infração gravíssima, com penalidade de multa em valor triplicado.
- (C) Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50% constitui infração gravíssima, com penalidade de multa (três vezes) e suspensão imediata do direito de dirigir.
- (D) Todas as hipóteses de excesso de velocidade são classificadas como infrações gravíssimas, variando apenas o fator multiplicador da multa.
- (E) O excesso de velocidade em qualquer percentual enseja, obrigatoriamente, a aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir.

34. A partir das lições do Código de Trânsito Brasileiro – CTB acerca das infrações relacionadas ao estacionamento irregular, especialmente em vagas reservadas, marque a alternativa correta.

- (A) Estacionar em vaga reservada a pessoa com deficiência, sem credencial que comprove tal condição, constitui infração grave.
- (B) Estacionar em local proibido pela sinalização configura, em qualquer hipótese, infração leve, sujeita apenas à penalidade de multa.
- (C) O estacionamento irregular em vagas especiais enseja apenas penalidade de multa, não sendo cabível medida administrativa.
- (D) Estacionar em vaga reservada a idosos, sem credencial, constitui infração gravíssima, sujeita à multa e remoção do veículo.
- (E) A utilização indevida de vaga reservada possui natureza média, sendo equiparada ao estacionamento em desacordo com a regulamentação geral.

35. Considerando o Código de Trânsito Brasileiro – CTB quanto à condução de veículo utilizando telefone celular, assinale a alternativa correta.

- (A) Dirigir veículo segurando telefone celular constitui infração média, sujeita à penalidade de multa.
- (B) Utilizar telefone celular apenas para visualização de mensagens, sem digitação, não configura infração de trânsito.
- (C) Dirigir veículo utilizando telefone celular é infração gravíssima, independentemente da forma de utilização do aparelho.
- (D) Dirigir veículo segurando ou manuseando telefone celular constitui infração gravíssima, sujeita à multa e pontuação correspondente.
- (E) O uso de telefone celular durante a condução somente será infração se houver prejuízo concreto à segurança viária.

36. O Código de Trânsito Brasileiro – CTB diploma acerca da transferência de propriedade de veículo e da comunicação de venda, de modo que podemos assinalar como alternativa correta apenas:

- (A) O adquirente que não efetuar o registro do veículo no prazo de 30 dias incorrerá em infração grave, sujeita à multa e retenção do veículo para regularização.
- (B) O vendedor que deixar de comunicar a venda ao órgão executivo de trânsito no prazo legal não responderá por penalidades impostas ao veículo após a alienação.
- (C) O adquirente de veículo automotor tem o prazo de 60 dias para efetuar a transferência de propriedade, sob pena de infração grave.
- (D) A comunicação de venda é facultativa, sendo substituída automaticamente pela transferência de propriedade realizada pelo adquirente.
- (E) O descumprimento do prazo para transferência de propriedade enseja apenas penalidade de multa, não sendo cabível medida administrativa.

37. Sabendo das normas gerais de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, especialmente quanto às regras de parada e estacionamento, indique a alternativa correta.

- (A) Parar o veículo sobre faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso constitui infração leve, sujeita apenas à advertência.
- (B) Estacionar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) a mais de 50 cm configura infração grave, sujeita à multa e remoção do veículo.
- (C) Parar o veículo na pista de rolamento das estradas, quando não houver acostamento, constitui infração média.
- (D) Estacionar o veículo em desacordo com as posições estabelecidas no CTB constitui infração leve, não sendo cabível medida administrativa.
- (E) Parar o veículo em locais proibidos pela sinalização configura, em qualquer hipótese, infração grave, com penalidade de multa.

38. No que se refere às regras de prioridade de passagem previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, assinale a alternativa correta.

- (A) Em cruzamentos não sinalizados, terá sempre prioridade o veículo que vier pela direita, inclusive quando se tratar de via de maior porte.
- (B) Em rotatórias não sinalizadas, a preferência será do veículo que estiver ingressando, em razão do princípio da fluidez.
- (C) Os veículos que se deslocam sobre trilhos têm preferência de passagem apenas quando sinalizados por dispositivos específicos.
- (D) Nos cruzamentos não sinalizados, a preferência será do veículo que vier pela direita, salvo quando se tratar de rodovia ou via de maior fluxo.
- (E) A prioridade de passagem pode ser livremente ajustada entre os condutores, desde que não haja conflito aparente.

39. Considerando o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) e suas regras sobre a fiscalização com ou sem uso de equipamentos eletrônicos e a abordagem de condutores, marque a alternativa correta.

- (A) Toda infração de trânsito somente pode ser constatada mediante abordagem direta do condutor.
- (B) A utilização de equipamentos eletrônicos dispensa a necessidade de comprovação da materialidade da infração.
- (C) A fiscalização por equipamentos eletrônicos depende sempre da presença física do agente no local da infração.
- (D) Equipamentos eletrônicos não podem ser utilizados para fiscalização de infrações de circulação.
- (E) A constatação da infração pode ocorrer sem abordagem, quando expressamente previsto, sendo desnecessária justificativa no AIT nesses casos.

40. Sobre as medidas administrativas no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro – CTB e do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas administrativas possuem natureza punitiva e substituem as penalidades quando aplicadas.
- (B) A ausência de aplicação da medida administrativa invalida automaticamente o auto de infração.
- (C) As medidas administrativas têm caráter complementar e visam cessar a situação irregular, não se confundindo com penalidades.
- (D) Toda infração de trânsito exige, obrigatoriamente, a aplicação de medida administrativa.
- (E) A anulação do auto de infração implica, necessariamente, a invalidação da medida administrativa aplicada.

41. Tomando por base os requisitos da lavratura do Auto de Infração de Trânsito (AIT) enumerados no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e no Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), assinale a alternativa correta.

- (A) O AIT pode conter rasuras ou emendas, desde que assinadas pelo agente.
- (B) É permitida a lavratura de um único AIT para múltiplas infrações distintas, ainda que não possuam relação entre si.
- (C) A lavratura do AIT pode ocorrer por solicitação de terceiros, desde que haja indícios da infração.
- (D) O AIT deve conter os elementos necessários à caracterização da infração, sendo peça que dá início ao processo administrativo.
- (E) A ausência de preenchimento do campo “observações” invalida automaticamente o AIT.

42. Com base no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e no Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), a partir das regras sobre o ordenamento do fluxo viário, indique a alternativa correta.

- (A) O ordenamento do fluxo viário é atribuição exclusiva da engenharia de tráfego, não podendo ser exercido pelo agente de trânsito.
- (B) O agente de trânsito não pode intervir na circulação de veículos, devendo apenas autuar infrações já consumadas.
- (C) A atuação do agente limita-se à aplicação de penalidades, sendo vedadas ações preventivas.
- (D) O fluxo viário deve ser mantido ainda que comprometa a segurança dos usuários da via.
- (E) O agente de trânsito pode adotar medidas operacionais para assegurar a fluidez e segurança, inclusive em situações não previstas expressamente.

43. A abordagem de veículos e condutores realizada por agente de trânsito segue regulada pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB e pelo Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), de modo que está correto apenas o contido em:

- (A) A ação do agente deve, sempre que possível, abordar o condutor, ressalvadas hipóteses em que a infração possa ser constatada sem abordagem.
- (B) A abordagem é sempre obrigatória, independentemente do tipo de infração.
- (C) A abordagem deve ocorrer apenas em infrações gravíssimas.
- (D) A ausência de abordagem invalida automaticamente o auto de infração.
- (E) A abordagem depende de autorização prévia da autoridade superior para cada ocorrência.

44. Aduz corretamente a Lei Federal nº 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, apenas o que se afirma em:

- (A) A Política Nacional de Mobilidade Urbana prioriza o transporte individual motorizado como forma de garantir maior eficiência no deslocamento urbano.
- (B) A gestão da mobilidade urbana é competência exclusiva da União, cabendo aos Municípios apenas a execução das diretrizes estabelecidas.
- (C) A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem como princípio a equidade no uso do espaço público de circulação, priorizando modos de transporte não motorizados e o transporte público coletivo.
- (D) O planejamento da mobilidade urbana é facultativo aos Municípios com menos de 250 mil habitantes, independentemente de integrarem regiões metropolitanas.
- (E) A acessibilidade universal é diretriz secundária, aplicável apenas a sistemas de transporte coletivo de grande porte.

45. Considerando os princípios éticos, a cidadania no trânsito e a atuação do agente público, baseados na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente de trânsito deve priorizar a aplicação de penalidades em detrimento da orientação educativa, para garantir o caráter repressivo da norma.
- (B) A atuação do agente de trânsito deve observar os princípios da Administração Pública, sendo exigida conduta ética, imparcial e respeitosa no trato com os cidadãos.
- (C) A urbanidade no atendimento ao público é recomendável, mas não constitui dever funcional do agente público no exercício de suas atribuições.
- (D) A responsabilidade no trânsito recai exclusivamente sobre os condutores de veículos automotores, não alcançando pedestres e ciclistas.
- (E) A relação interpessoal no trânsito é irrelevante para a segurança viária, sendo suficiente o cumprimento estrito das normas legais.

46. Considerando a Lei Complementar Municipal nº 165/2025 do Município de Camboriú/SC, que versa, dentre outros assuntos, sobre o DEMUTRAN, assinale a alternativa correta.

- (A) O DEMUTRAN possui natureza meramente administrativa, não podendo exercer atividades de fiscalização ou aplicação de penalidades.
- (B) Compete ao DEMUTRAN apenas a execução de políticas definidas pelo Estado, sendo vedada a atuação direta na organização do trânsito municipal.
- (C) O DEMUTRAN limita-se à sinalização viária, não podendo atuar na coleta de dados estatísticos ou estudos de trânsito.
- (D) O DEMUTRAN possui competência para planejar, operar, fiscalizar o trânsito e aplicar penalidades e medidas administrativas no exercício do poder de polícia.
- (E) A atuação do DEMUTRAN depende de autorização prévia do CONTRAN para aplicação de multas no âmbito municipal.

47. A partir da Lei Complementar Municipal nº 165/2025 do Município de Camboriú/SC, quanto à atuação do agente municipal de trânsito, marque a alternativa correta.

- (A) Os agentes de trânsito exercem função exclusivamente educativa, sendo vedada a lavratura de autos de infração.
- (B) Os agentes de trânsito não podem exercer poder de polícia, limitando-se à orientação de condutores.
- (C) A atuação dos agentes restringe-se à fiscalização de estacionamento, não abrangendo circulação.
- (D) Os agentes de trânsito somente podem atuar mediante solicitação da autoridade policial.
- (E) Compete aos agentes de trânsito lavrar autos de infração e aplicar medidas administrativas previstas no CTB.

48. Considerando os princípios de direção defensiva, os fatores de risco no trânsito (humano, veicular e ambiental), bem como as noções de primeiros socorros, é correto afirmar que:

- (A) Os fatores ambientais de risco incluem condições climáticas, estado da via e sinalização, devendo o condutor adaptar sua condução a essas variáveis.
- (B) A direção defensiva baseia-se na confiança de que os demais condutores agirão conforme as normas, sendo suficiente a observância das regras de circulação.
- (C) Os fatores de risco veiculares restringem-se às condições mecânicas do veículo, não abrangendo equipamentos obrigatórios ou sua utilização adequada.
- (D) Em caso de sinistro de trânsito com vítima, a primeira providência do condutor deve ser remover imediatamente a vítima para evitar agravamento de seu estado.
- (E) A prevenção de acidentes está exclusivamente relacionada ao comportamento do condutor, sendo irrelevantes as condições do veículo e do ambiente.

49. Com base na Lei Complementar Municipal nº 165/2025 do Município de Camboriú/SC, no Código de Trânsito Brasileiro e nas competências municipais no Sistema Nacional de Trânsito, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município de Camboriú, por meio do DEMUTRAN, limita-se à execução de atividades educativas, sendo vedada a atuação direta na fiscalização e aplicação de penalidades de trânsito.
- (B) O DEMUTRAN pode implantar e operar sistema de estacionamento rotativo pago, bem como fiscalizar, autuar e aplicar penalidades por infrações de circulação, parada e estacionamento.
- (C) Compete ao Município apenas a regulamentação do estacionamento, sendo a fiscalização e aplicação de penalidades atribuições exclusivas dos Estados.
- (D) A atuação municipal no trânsito depende de convênio prévio com a União para qualquer exercício de poder de polícia administrativa.
- (E) A fiscalização de trânsito no âmbito municipal restringe-se às vias urbanas, sendo vedada qualquer atuação em vias sob circunscrição municipal que possuam características rurais.

50. Considerando os conceitos de mobilidade urbana sustentável, organização e planejamento do trânsito urbano, circulação de pedestres, ciclistas e transporte coletivo, bem como acessibilidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A mobilidade urbana sustentável pressupõe a priorização dos modos não motorizados e do transporte coletivo, bem como a promoção da acessibilidade universal.
- (B) O planejamento do trânsito urbano deve privilegiar a circulação de veículos automotores, sendo a circulação de pedestres e ciclistas tratada de forma subsidiária.
- (C) A acessibilidade no trânsito refere-se exclusivamente à eliminação de barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência, não abrangendo outros usuários da via.
- (D) A mobilidade urbana sustentável prioriza a ampliação da capacidade viária para veículos individuais motorizados, como forma de garantir maior fluidez no trânsito.
- (E) A organização do trânsito urbano deve ser orientada exclusivamente por critérios de fluidez, independentemente da segurança viária.